INTRODUÇÃO AO ESTUDO DO DIREITO I - Exame Normal

1.º ANO - DIA | TURMA A | 21 de janeiro de 2022

Duração da prova: 90 minutos

Coordenação e regência: Professor Doutor Miguel Teixeira de Sousa

Colaboração: Professora Doutora Catarina Salgado; Dr. Dinis Braz Teixeira;

Dr.ª Dina Freitas Teixeira

I

No dia 20/12/21, Mariana ultimava as suas compras de Natal, quando viu numa loja o casaco perfeito para dar à sua mãe. Na prateleira, estava o último casaco do tamanho que pretendia e Mariana apressou-se a ir buscá-lo. Porém, Francisca aproximou-se ao mesmo tempo e não querendo perder a peça de roupa para uma desconhecida, empurra Mariana, agarra no casaco, e não contente prepara-se para lhe dar uma bofetada. Mariana, ainda não refeita do susto e irritada com a situação, antes que Francisca lhe batesse, agarra numa jarra de decoração da loja e bate-lhe na cabeça com força, deixando-a caída no chão. De seguida, pontapeia Francisca, que se encontrava já imobilizada, apanha o casaco e dirige-se à caixa para pagar. Afinal, ela só queria que o seu Natal fosse perfeito!

Quid Juris?

Nesta resposta, o aluno deverá, pelo menos:

- i) Identificar o problema e integrá-lo na matéria da legítima defesa, enunciando os seus pressupostos;**
- ii) Identificar a existência de excesso intensivo de legítima defesa, na utilização da jarra;**
- iii) Identificar a existência de excesso extensivo de legítima defesa, no momento em que Mariana pontapeia Francisca;**
- iv) Concluir que o comportamento de Mariana foi ilícito.**

II

No contexto da pandemia, através do Decreto-Lei a/2020, de 10/9, o Governo veio estabelecer o regime de funcionamento de locais de diversão noturna, dispondo, nomeadamente, que “*Nos Concelhos onde se verifique um número de casos de infeção igual ou superior a 240 por 100.000 habitantes, os bares podem estar abertos ao público até às 24H00*” e ainda que “*este diploma cessa a sua vigência quando o número de casos de infeção for inferior a 240 por 100.000 habitantes durante 3 meses consecutivos*”.

Porém, com o agravamento da pandemia e o receio de aumento do número de contágios através de festas de Natal e de fim de ano no Concelho de Lisboa, o Governo publicou o Decreto-Lei b/2020, de 2/11, dispondo apenas que *“os bares localizados no Concelho de Lisboa estarão encerrados desde o início de vigência do presente diploma até 30/1/2021”*.

Tendo detetado um lapso, porquanto havia sido aprovado *“31/1/2021”* e não *“30/1/2021”*, o Parlamento emitiu uma Declaração de Retificação, no dia 10/01/2021, a repor a conformidade entre o texto publicado nesse diploma e o texto que havia sido aprovado, aproveitando ainda para alargar a previsão do encerramento igualmente para os bares situados no Concelho do Porto.

Entretanto, no dia 12/05/21, em sede de reunião alargada com os especialistas e o INFARMED, concluiu-se que Portugal não registava há 3 meses consecutivos casos de contágio iguais ou superiores a 240 por 100.000 habitantes.

Quid Juris?

Nesta resposta, o aluno deverá, pelo menos:

- i) Identificar a data de entrada em vigor DL a/2020 e a existência de uma condição para a sua caducidade (quando o número de casos de infeção for inferior a 240 por 100.000 habitantes durante 3 meses consecutivos);**
- ii) Classificar o DL b/2020 como especial e temporário, e consequentemente uma restrição do alcance do DL a/2020 e que, findo o prazo de vigência DL b/2020, passará a vigorar o DL a/2020 também em Lisboa;**
- iii) Pronunciar-se sobre a falta de verificação dos três requisitos da retificação do Decreto-Lei b/2020 e respetivas consequências (art. 5.º/1, 2 e 3 LF);**
- ii) Concluir que no dia 12/05/21, o DL a/2020 cessou a sua vigência por caducidade, uma vez que se verificou a condição para a mesma.**

III

Comente uma das seguintes afirmações:

- A) *É obrigatório indemnizar, mesmo que a ação esteja justificada por um meio de autotutela.*

Apenas é obrigatório indenizar quando o autor da destruição ou do dano, agindo em estado de necessidade, tiver provocado o perigo por sua culpa exclusiva. O aluno deve ainda explicar a distinção entre este regime excepcional de indenização por ato lícito e os restantes regimes de autotutela, bem como o caso do erro previsto no art.338.º, já que se trata neste último caso de um ato ilícito.

B) O costume contra legem nunca pode prevalecer sobre uma Lei.

Nesta resposta, o aluno deverá:

- i) Identificar o costume e a Lei como fontes de Direito;**
- ii) Explicar o que se entende por costume *contra legem*;**
- iii) Explicar que a Doutrina não é unânime quanto ao posicionamento do costume na hierarquia das fontes de Direito;**
- iv) Concluir com a posição adotada acerca da questão.**

Cotação: I. 7v.; II. 7 v.; III 4 v.

Ponderação Global: 2v.